

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT06.014

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL DO UNIESP: IMPACTOS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA INDÍGENA

Heloya Helena de Oliveira Tomé¹José Josiano de Santana²Marlivania de Andrade Cavalcante³Rita Cristiana Barbosa⁴

RESUMO

A inclusão dos povos originários no ensino superior desempenha um papel essencial na valorização de suas culturas e saberes ancestrais, promovendo diversidade e equidade educacional no Brasil. Esta pesquisa investiga o perfil dos indígenas Tabajara da Aldeia Vitória, localizada no Município do Conde/PB, interessados em ingressar em um curso de graduação no Centro Universitário UNIESP por meio da Política de Inclusão Social. Desde sua implementação, essa política resultou na formação de cinco egressos e, em 2025, expandiu seu alcance ao disponibilizar uma bolsa integral para o curso de Administração. O estudo adota uma abordagem qualitativa, estudo de caso e observação participante. Os dados foram coletados por meio de entrevistas,

1 Mestranda em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. E-mail: heloya.hhot@gmail.com.

2 Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: josianopuc2011@gmail.com;

3 Mestranda em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. E-mail: marlivania71@gmail.com.

4 Doutora em Educação, Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. E-mail: rcrisbarbosa@yahoo.com.br.

que também subsidiaram o processo seletivo dos indígenas interessados na graduação. O referencial teórico fundamenta-se em estudos sobre educação indígena, identidade cultural e transformação social, com base em autores como Baniwa (2019), Freire (2017), Barcellos e Farias (2015) e Figueiredo (2020). As entrevistas exploraram suas expectativas em relação à formação acadêmica, à representatividade indígena no ensino superior e à aplicação do conhecimento adquirido em benefício de suas comunidades. Os resultados evidenciam que 67% dos candidatos pertencem a uma faixa etária jovem. Os achados revelam que a formação acadêmica é percebida como um elemento essencial para o desenvolvimento comunitário, o reconhecimento étnico e a construção de um futuro mais justo. Além disso, a experiência dos Tabajara no processo seletivo foi marcada pela gratidão pela oportunidade e pela expectativa de melhorias sociais, econômicas e culturais. Observou-se ainda que a identidade indígena se fortalece como forma de resistência na luta por equidade no ensino superior, possibilitando a aquisição de conhecimentos aplicáveis à preservação cultural, à defesa de direitos e ao fortalecimento das identidades indígenas.

Palavras-chave: Etnia Tabajara, Ensino superior, Inclusão indígena, Educação e transformação social, Representatividade cultural.

INTRODUÇÃO

A presença dos povos indígenas no ensino superior brasileiro tem se consolidado, nas últimas décadas, como um campo de disputas simbólicas, políticas e epistemológicas, marcando um processo de reconstrução identitária e de transformação social. A ampliação do acesso desses povos às Instituições de Ensino Superior (IES) representa não apenas uma conquista histórica, mas também uma reconfiguração do próprio sentido de universidade, tradicionalmente moldada por paradigmas eurocêntricos e excludentes. As políticas públicas, as legislações específicas e as iniciativas institucionais – públicas e privadas – têm possibilitado o ingresso de indígenas em espaços acadêmicos antes restritos, em um movimento que busca corrigir desigualdades históricas e reconhecer a diversidade cultural e epistemológica que constitui o tecido social brasileiro.

Nesse contexto, o Centro Universitário UNIESP, instituição privada localizada em Cabedelo (Paraíba), instituiu, em 2019, uma Política de Inclusão Social voltada à ampliação do acesso de grupos historicamente vulnerabilizados, entre eles os povos indígenas. Essa política, ao oferecer bolsas de estudos integrais e acompanhamento pedagógico, permitiu que indígenas da etnia Tabajara, da Aldeia Vitória, no município do Conde/PB, ingressassem em diferentes cursos de graduação. Desde sua implementação, já se formaram cinco egressos indígenas em cursos da área da saúde, e, a partir de 2025, a inclusão do curso de Administração amplia as possibilidades de protagonismo e atuação dos estudantes indígenas em outras áreas do conhecimento. Essa iniciativa expressa um compromisso institucional com a interculturalidade, reafirmando a importância da formação integral do ser humano em suas dimensões ética, comunitária e espiritual.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a formação acadêmica impacta a vida comunitária e religiosa dos indígenas Tabajara, promovendo não apenas mobilidade social, mas também fortalecimento das identidades étnicas, valorização

das práticas culturais e ampliação das lutas por direitos coletivos. Trata-se de investigar como o ingresso na universidade – enquanto espaço historicamente não indígena – pode se tornar território de diálogo, resistência e afirmação cultural.

Segundo Grupioni (2006), qualquer proposta de educação voltada aos povos indígenas deve reconhecer a pluralidade de seus modos de aprender e ensinar, respeitando os saberes tradicionais, as formas próprias de socialização e os valores espirituais que orientam suas comunidades. Nessa perspectiva, o ensino superior, quando pautado na interculturalidade, assume o desafio de articular ciência e ancestralidade, técnica e espiritualidade, reafirmando que o conhecimento é sempre uma construção coletiva e situada.

A compreensão da educação como prática de liberdade, conforme propõe Paulo Freire (2017), também é fundamental para contextualizar o processo vivido pelos Tabajara. Para Freire, “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem” (Freire, 2017, p. 16). O ingresso dos indígenas no ensino superior simboliza, assim, uma pedagogia do diálogo e da libertação, que transforma o espaço universitário em um lugar de reconhecimento e criação de novos saberes. Em consonância, Freire (2022) reforça que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, valorizando a experiência de vida e o conhecimento que cada sujeito traz consigo – princípio essencial para uma pedagogia intercultural e humanizadora.

A inserção indígena na universidade também pode ser compreendida como um processo de afirmação identitária, no qual a formação acadêmica é vista como instrumento de reconstrução cultural. Nesse sentido, Gomes (2017) destaca que toda prática educativa que envolve grupos historicamente marginalizados deve ser compreendida como “lugar de reconstrução da identidade e de produção de novas subjetividades” (p. 23). Para os Tabajara da Aldeia Vitória, a formação universitária se inscreve justamente nesse horizonte: um caminho de reconhecimento e fortalecimento de si, em diálogo com o outro.

O movimento indígena Tabajara, liderado pelo Cacique Ednaldo Santos da Silva, simboliza a resistência e a reconstrução de uma identidade coletiva marcada pela fé, solidariedade e determinação. Sua trajetória, conforme relatam Farias e Barcellos (2017, p. 121), representa “um trabalho que se traduz num mister de ousadia, fé, disposição e numa rede de solidariedade para superar a desigualdade, devolver a dignidade e a unificação de seu povo, abraçando a lógica do Bem Viver”. Essa lógica, conforme também assinala Baniwa (2012), articula os princípios da educação indígena contemporânea ao ideal do Bem Viver, que entende o conhecimento como força de equilíbrio entre o humano, o comunitário e o espiritual.

“A escola indígena deve ser, ao mesmo tempo, um espaço de resistência e de reconstrução. Resistência porque nela se afirmam a cultura, a língua e os valores tradicionais frente às forças da homogeneização. E reconstrução porque a escola, ao dialogar com os saberes ocidentais, pode transformar-se em lugar de invenção de novas formas de ser e de pensar, sem perder o vínculo com o território, a ancestralidade e a espiritualidade” (BANIWA, 2012, p. 18).

Ainda segundo Farias e Barcellos (2017, p. 125), “a juventude Tabajara vive ativamente participando em eventos e contribuindo com seus conhecimentos para ajudar a sociedade a se tornar sustentável e mais humana”. Essa presença ativa dos jovens indígenas, marcada pelo diálogo entre tradição e modernidade, reforça a compreensão de que a educação superior pode tornar-se espaço de reconstrução cultural e religiosa, onde se reafirma o sentido comunitário do saber e da existência.

Os processos formativos vivenciados pelos indígenas Tabajara também revelam uma dimensão espiritual e simbólica que dialoga com o campo das Ciências das Religiões. Como aponta Figueiredo (2021), a religiosidade Tabajara manifesta-se nas práticas culturais, especialmente no toré, expressão ritual que traduz a mística e o imaginário social desse povo. Essa dimensão espiritual da vida coletiva influencia diretamente o modo como os indígenas percebem a educação, o pertencimento e a

transformação social, reafirmando que a formação acadêmica é também um ato de fé, resistência e reencantamento do mundo.

A perspectiva de Tucão (2015) reforça essa compreensão ao destacar que a educação indígena é sempre uma prática de reafirmação identitária e de resistência cultural, na qual o conhecimento atua como “ponte entre o passado e o futuro” (p. 67). O ingresso dos Tabajara na universidade, portanto, não representa ruptura com a tradição, mas sua reinterpretação à luz dos desafios contemporâneos.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar os impactos e as perspectivas da Política de Inclusão Social do Centro Universitário UNIESP na formação acadêmica dos indígenas Tabajara da Aldeia Vitória, considerando suas expectativas, experiências no processo seletivo e projeções de transformação social e cultural a partir da educação superior. A pesquisa insere-se no campo das Ciências das Religiões, ao compreender que a presença indígena na universidade envolve dimensões espirituais, simbólicas e éticas, configurando-se como um processo de resistência, reencantamento e diálogo entre saberes.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, desenvolvido a partir da compreensão dos significados, experiências e percepções dos sujeitos participantes, priorizando o sentido e a interpretação das vivências sobre a mensuração de dados numéricos. Essa abordagem mostra-se adequada à investigação de fenômenos humanos complexos, especialmente quando se pretende compreender dimensões simbólicas, culturais, religiosas e espirituais relacionadas ao ingresso e à permanência de estudantes indígenas no ensino superior.

De acordo com Minayo (2016, p. 21), a pesquisa qualitativa busca apreender “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, o que se revela particularmente pertinente quando o foco é a experiência educacional e espiritual dos povos

originários. Nessa perspectiva, a metodologia adotada neste estudo dialoga com as Ciências das Religiões, reconhecendo que a presença indígena na universidade envolve dimensões éticas, identitárias e espirituais que ultrapassam o campo pedagógico e técnico, situando-se também na esfera do pertencimento, da coletividade e da transcendência simbólica.

Tipo de Estudo e Contexto

O estudo adota o método do estudo de caso, tendo como foco a comunidade Tabajara da Aldeia Vitória, situada no município do Conde, estado da Paraíba. Segundo Yin (2015), o estudo de caso é indicado para a análise de fenômenos contemporâneos em seus contextos reais, permitindo compreender processos sociais e institucionais em profundidade. Assim, essa estratégia metodológica mostrou-se adequada para examinar a participação discente indígena no processo de seleção e ingresso no ensino superior e suas implicações culturais e comunitárias.

O universo da pesquisa foi composto por seis indígenas da etnia Tabajara, todos candidatos ao processo seletivo para bolsas integrais no curso de Bacharelado em Administração do Centro Universitário UNIESP. Todos os participantes residem na Aldeia Vitória e mantêm vínculo comunitário ativo, o que possibilitou uma análise contextualizada sobre suas percepções, expectativas e compreensões acerca da formação acadêmica e de sua relevância social e espiritual.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados envolveu três estratégias metodológicas principais, que se complementaram de forma integrada:

1. ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Foram realizadas entrevistas individuais com os seis participantes, com duração média de 30 minutos cada. As questões abordaram temas como:

- expectativas em relação à formação acadêmica,
- representatividade indígena no ensino superior e
- aplicação do conhecimento adquirido em benefício de suas comunidades.

As entrevistas foram gravadas e transcritas com o consentimento dos participantes, respeitando os princípios éticos da pesquisa e o direito à voz e à autonomia narrativa dos sujeitos. Um exemplo de pergunta norteadora foi: “Como você acredita que a sua formação acadêmica pode contribuir para a preservação cultural e o desenvolvimento da sua aldeia?”

2. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Durante o processo seletivo e nas interações comunitárias, realizou-se observação participante, com registros sistemáticos de comportamentos, expressões, interações e manifestações culturais que emergiram ao longo das atividades. Essa observação estendeu-se a momentos como reuniões comunitárias, celebrações religiosas e eventos culturais da Aldeia Vitória, o que possibilitou compreender o contexto social, espiritual e simbólico no qual os participantes estão inseridos.

Conforme afirma Brandão (2003, p. 12), “não se pesquisa o outro, pesquisa-se com o outro”. Esse princípio norteou toda a postura metodológica do estudo, sustentando uma prática de escuta dialógica e respeito intercultural, na qual o pesquisador atua como participante ativo de um processo de construção coletiva do conhecimento.

3. ANÁLISE DOCUMENTAL

Foram examinados documentos institucionais do Centro Universitário UNIESP relacionados à Política de Inclusão Social, bem como registros acadêmicos de egressos indígenas formados pela instituição. Essa análise documental permitiu compreender o percurso histórico da política, os cri-

térios de seleção, os mecanismos de acompanhamento pedagógico e os impactos sociais da iniciativa sobre a comunidade Tabajara.

Os resultados foram interpretados considerando a proposta intercultural da política institucional do UNIESP e o papel da educação superior como instrumento de fortalecimento comunitário e resistência cultural.

Assim, a metodologia adotada buscou compreender a experiência dos indígenas Tabajara como sujeitos de direito e de conhecimento, cuja presença no ensino superior expressa um movimento de diálogo entre saberes, reafirmação identitária e transformação social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PERFIL DOS CANDIDATOS

A pesquisa contou com a participação de seis indígenas da etnia Tabajara, todos residentes na Aldeia Vitória, localizada no município do Conde no Estado da Paraíba, que participaram do processo de seleção discente para o curso de Bacharelado em Administração do Centro Universitário UNIESP.

Dos seis candidatos entrevistados, 67% pertencem à faixa etária jovem (18 a 25 anos), enquanto 33% possuem idade entre 26 e 40 anos. Esse dado evidencia uma tendência de juventude indígena em buscar o ensino superior como ferramenta de transformação.

Todos os candidatos concluíram o ensino médio em escolas públicas da região, enfrentando desafios relacionados à qualidade da educação básica, ao deslocamento e à carência de políticas públicas voltadas para indígenas fora de territórios oficialmente demarcados.

As entrevistas revelaram aspectos significativos sobre as motivações, expectativas, representatividade, bem como sobre os sentidos simbólicos e comunitários atribuídos à formação acadêmica e as possíveis mudanças que está por trazer para a tal comunidade indígena.

A análise de conteúdo (Bardin, 2011) possibilitou identificar três categorias principais emergentes dos relatos: **(1) expectativas em relação à formação acadêmica; (2) representatividade indígena no ensino superior; e (3) aplicação do conhecimento adquirido em benefício de suas comunidades.**

Os dados também revelam que, embora a maioria dos participantes seja jovem, há uma forte consciência coletiva de que a formação superior ultrapassa o interesse individual, sendo compreendida como um compromisso com a continuidade cultural e o fortalecimento da aldeia. Esse entendimento reflete o que Baniwa (2019) denomina de “educação como missão comunitária”, na qual o conhecimento adquirido deve retornar à comunidade em forma de serviço, solidariedade e fortalecimento da identidade. Assim, o ingresso desses estudantes no ensino superior simboliza um passo importante no processo de emancipação coletiva do povo Tabajara, que vê na educação um instrumento de reconstrução e resistência.

Além disso, observou-se que todos os candidatos mantêm vínculos ativos com a vida social, religiosa e cultural da aldeia, participando de rituais, práticas comunitárias e iniciativas de preservação ambiental. Essa integração entre educação e vida comunitária expressa o que Grupioni (2006) denomina de “dimensão cultural da educação indígena”, na qual aprender não se separa do viver, e o conhecimento está sempre relacionado à experiência, à ancestralidade e ao território. Nesse sentido, a formação acadêmica, para os Tabajara, é percebida como um meio de diálogo entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico, reafirmando que o acesso ao ensino superior representa também uma forma de continuidade da tradição em novos espaços de atuação social.

CATEGORIA: EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO ACADÊMICA

A totalidade dos participantes (100%) manifesta um profundo sentimento de gratidão à instituição de ensino, reconhecendo o ingresso no

Ensino Superior como um marco histórico e uma vitória coletiva para a Aldeia Vitória. A concessão da bolsa de estudos pelo Centro Universitário UNIESP é percebida não apenas como benefício individual, mas como ato de reconhecimento e inclusão social, que simboliza a presença e a legitimidade dos povos indígenas nos espaços universitários – antes inacessíveis.

Essa gratidão expressa-se como relação de reciprocidade e pertencimento simbólico entre os estudantes e a instituição, vista como parceira no processo de fortalecimento cultural e comunitário. Conforme observam Barcellos e Farias (2015, p. 89), “as manifestações de fé e identidade do povo Tabajara expressam um modo de ser que integra o espiritual, o coletivo e o político”, o que também se reflete na forma como os estudantes vivenciam a oportunidade de formação acadêmica: como dom, compromisso e responsabilidade coletiva.

A gratidão dos participantes ultrapassa o reconhecimento material da bolsa de estudos, revelando uma dimensão espiritual e comunitária na qual o ato de estudar é compreendido como expressão de fé, resistência e retribuição à comunidade. Essa visão se aproxima da leitura proposta por Farias (2021), que identifica na educação dos povos Tabajara um movimento de “reconstrução contínua da identidade por meio do saber partilhado e do compromisso com o coletivo” (p. 210). Nesse sentido, o ingresso na universidade é percebido como extensão da luta ancestral pela preservação da cultura, da língua e da dignidade indígena.

A maioria dos participantes (83%) associa a formação acadêmica à responsabilidade de retorno à aldeia, revelando uma perspectiva de formação voltada ao bem comum. O projeto coletivo de criação de um restaurante rural com culinária indígena foi apontado como exemplo concreto de como a educação é concebida como instrumento de fortalecimento cultural, econômico e identitário. Tal perspectiva reflete o que Baniwa (2012, p. 35) denomina de “educação para o bem viver”, uma prática educativa que valoriza a interdependência entre saberes tradicionais

e científicos, entendendo o aprendizado como forma de cuidar da vida e promover a sustentabilidade das comunidades.

Esse dado evidencia que o aprendizado universitário é percebido não como ruptura com a tradição, mas como meio de potencializar os modos de vida indígenas, promovendo um diálogo intercultural entre o conhecimento acadêmico e o saber ancestral. Para os Tabajara, aprender é também reafirmar a memória, o território e o pertencimento coletivo – dimensões que ultrapassam a lógica instrumental da educação e se enraízam na espiritualidade e na identidade do povo.

Por outro lado, o fato de 17% dos entrevistados não conseguirem definir com clareza as atribuições do curso de Administração evidencia fragilidades nas etapas iniciais do processo de inclusão. A ausência de clareza sobre o percurso formativo aponta para a necessidade de ações institucionais de orientação vocacional e tutoria acadêmica, assegurando não apenas o acesso, mas a permanência qualificada e o acompanhamento intercultural. Essa constatação dialoga com as reflexões de Baniwa (2012), para quem a escola indígena só cumpre seu papel quando reconhece as condições reais de aprendizagem e cria estratégias que respeitem os ritmos, as linguagens e os valores próprios das comunidades indígenas.

A análise das narrativas evidencia também que os participantes reconhecem na educação superior um espaço de escuta e legitimação de seus saberes. Para eles, estar na universidade significa não apenas adquirir conhecimentos técnicos, mas também ocupar um território simbólico de afirmação identitária. Essa percepção aproxima-se da reflexão de Baniwa (2019), ao afirmar que “os saberes indígenas, quando reconhecidos pela escola, se tornam ferramentas de libertação e de fortalecimento das culturas originárias” (p. 47). Nesse sentido, o ingresso dos Tabajara no ensino superior pode ser compreendido como um movimento de retomada epistemológica, no qual o saber acadêmico é reinterpretado à luz da cosmovisão indígena e devolvido à comunidade como instrumento de reconstrução e autonomia.

Além disso, as expectativas expressas pelos entrevistados revelam uma compreensão profunda da educação como prática de reciprocidade e cuidado. A formação acadêmica é percebida como oportunidade de servir à coletividade, reafirmando o princípio do bem viver, que, conforme Farias (2021), constitui “uma ética de solidariedade e espiritualidade, na qual o saber é partilhado como expressão de vida e não como propriedade individual” (p. 243). Essa visão rompe com o modelo competitivo e individualista da educação convencional, propondo uma aprendizagem enraizada na comunhão, na espiritualidade e no compromisso comunitário. Assim, a trajetória universitária dos Tabajara reflete não apenas o acesso à educação formal, mas a ressignificação da própria universidade como espaço de encontro, esperança e continuidade da tradição indígena.

A análise dos dados permite identificar que as expectativas em relação à formação acadêmica entre os indígenas da Aldeia Vitória articulam três dimensões centrais:

- O reconhecimento simbólico da instituição como parceira no processo de valorização identitária;
- A formação acadêmica como projeto coletivo, voltado à transformação social e à sustentabilidade comunitária;
- O desafio estrutural de consolidar políticas de permanência que garantam acompanhamento pedagógico, cultural e espiritual contínuo.

As expectativas expressas pelos participantes revelam uma compreensão ampliada da educação, que transcende a capacitação técnica e assume um sentido ético, comunitário e espiritual. O curso de Administração é visto como oportunidade de autonomia e protagonismo coletivo, um meio para fortalecer a gestão interna da aldeia, promover iniciativas sustentáveis e criar alternativas de subsistência alinhadas aos valores culturais. Essa percepção reafirma o que Krenak (2019, p. 41) defende ao

afirmar que “a diferença é o que dá sentido à existência”, lembrando que a presença indígena em espaços acadêmicos não busca assimilação, mas sim a criação de novos modos de coexistência e de produção de sentido.

Nesse contexto, o aprendizado universitário é concebido como ato de mediação intercultural, no qual saberes ocidentais e indígenas se encontram sem que um anule o outro. O conhecimento é entendido como força viva de reconstrução identitária e ética, cuja finalidade maior é o bem comum da comunidade. Assim, a educação superior é também percebida como caminho de crescimento humano e espiritual, em que aprender torna-se gesto de resistência e reafirmação da própria existência indígena.

Como observa Farias (2021), a experiência educacional dos Tabajara revela que o espaço de aprendizagem se transforma em território de memória e espiritualidade, no qual o saber acadêmico se entrelaça à cosmovisão indígena, reafirmando o papel da educação como instrumento de “reencantamento do mundo e de reconstrução da esperança coletiva” (p. 287).

Por fim, as falas dos participantes indicam que o ingresso no ensino superior é compreendido como vitória espiritual e comunitária. A gratidão dirigida à instituição transcende o benefício material da bolsa de estudos: expressa-se como aliança simbólica e compromisso ético entre a comunidade e a universidade. Nessa perspectiva, a formação acadêmica assume o sentido de missão e continuidade da vida coletiva, ecoando a reflexão de Barcellos e Farias (2015, p. 92), para quem a fé e a identidade do povo Tabajara se manifestam como “energia de resistência e comunhão, capazes de religar a comunidade e fortalecer sua luta pelo reconhecimento”.

Assim, aprender é também um ato de espiritualidade e resistência, um modo de encantar a vida, como sugere Krenak (2019), reconhecendo na educação um território de esperança e de renovação do pertencimento. A formação superior, portanto, é percebida pelos participantes como caminho de emancipação coletiva, expressão contemporânea da

luta por reconhecimento e instrumento de reafirmação cultural e espiritual do povo Tabajara.

CATEGORIA: REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR E APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO ADQUIRIDO EM BENEFÍCIO DE SUAS COMUNIDADES

As entrevistas evidenciam que os indígenas Tabajara percebem o ingresso no ensino superior como um ato de resistência, valorização identitária e compromisso coletivo. A formação acadêmica é compreendida como meio de fortalecer a presença indígena em espaços historicamente excludentes e de ampliar as possibilidades de gestão e sustentabilidade de suas comunidades. Um dos entrevistados expressa com clareza esse sentimento: “Para nós, estudar é também uma forma de resistir. Queremos levar o que aprendermos para nossa aldeia, para cuidar da cultura e dos direitos do nosso povo.” Essa afirmação se aproxima da perspectiva de Baniwa (2019, p. 43), ao defender que “a educação indígena no século XXI deve ser compreendida como um espaço de luta, resistência e reinvenção cultural”.

A presença dos Tabajara no ensino superior, especialmente no UNIESP, transcende a conquista individual e adquire caráter coletivo e simbólico. Cada estudante se torna um representante de sua aldeia, reafirmando sua identidade em meio a um contexto de disputas políticas, culturais e epistemológicas. Conforme argumenta Figueiredo (2020), a identidade indígena não é uma herança fixa, mas uma construção dinâmica, constantemente reafirmada por meio de práticas de resistência e espaços de representatividade. Assim, ocupar a universidade é, ao mesmo tempo, um gesto político e espiritual, um modo de dizer “estamos aqui”, com voz própria e saberes legítimos.

A formação superior é percebida pelos participantes como instrumento de empoderamento comunitário, especialmente pela capacidade de gerar autonomia e sustentabilidade. Todos os entrevistados relataram

atuar em atividades de relevância local – produção de artesanato, agricultura, gestão de pequenos projetos, liderança cultural e educação de crianças –, e enxergam no curso de Administração uma oportunidade de aprimorar tais práticas. O conhecimento acadêmico é reinterpretado segundo uma lógica comunitária, em que aprender a administrar significa servir à coletividade. Essa concepção dialoga com Ribeiro (1995), que reconhece nos povos indígenas “outras formas de viver em sociedade, baseadas na solidariedade e na comunhão com a natureza”. A educação, portanto, não se separa da espiritualidade nem da vida cotidiana: ela é uma extensão da ética comunitária e do cuidado com o outro.

Essa leitura integradora reflete também o pensamento de Santos (2019), segundo o qual “não há justiça social global sem justiça cognitiva global”. O ingresso dos Tabajara no ensino superior pode ser compreendido como ato de reencantamento do mundo, uma vez que rompe o monopólio epistemológico ocidental e reconhece o valor das cosmologias indígenas na produção do saber. No contexto do UNIESP, essa abertura tem possibilitado a emergência de um espaço de diálogo intercultural, no qual o conhecimento indígena – com suas dimensões éticas, espirituais e simbólicas – ganha legitimidade e visibilidade acadêmica.

Outro achado relevante é que a totalidade dos entrevistados manifestou o desejo de aplicar os conhecimentos adquiridos em benefício direto de suas comunidades. Tal perspectiva confirma o argumento de Munduruku (2006, p. 212), ao afirmar que “a educação superior indígena precisa ser compreendida como intercultural, na medida em que não é apenas o indígena que aprende com a universidade, mas também a universidade que deve se abrir para aprender com o indígena”. A aprendizagem, assim, deixa de ser unilateral e torna-se troca recíproca de saberes, em que ambos – estudante e instituição – são transformados pelo encontro.

As narrativas evidenciam ainda que o ingresso no ensino superior desperta um sentimento de representatividade coletiva. Para os Tabajara, o estudante universitário não fala apenas por si, mas carrega consigo

a voz da aldeia, os anseios e os sonhos do grupo. Essa representatividade é marcada por um compromisso ético de devolver à comunidade o conhecimento adquirido, de modo a fortalecer o território, a cultura e a espiritualidade do povo. Essa compreensão encontra eco em Farias (2021), ao afirmar que a juventude indígena “ocupa a universidade com o propósito de transformar o saber acadêmico em ferramenta de libertação e de fortalecimento comunitário” (p. 198). Assim, o estudante indígena não busca apenas ascensão pessoal, mas assume um papel de mediador cultural, articulando saberes e construindo pontes entre mundos.

Além disso, o fortalecimento da representatividade indígena no ensino superior revela um processo de autodefinição e protagonismo político. A presença dos Tabajara nas universidades desafia estereótipos e questiona a estrutura colonial do conhecimento, abrindo espaço para novas epistemologias e linguagens. Como observa Baniwa (2019, p. 57), “a presença indígena na escola e na universidade é um ato político e epistemológico, que reivindica o direito de pensar e ensinar a partir de nossos próprios referenciais.” Essa perspectiva traduz-se no modo como os participantes veem o curso de Administração: não como assimilação de um saber externo, mas como apropriação crítica de ferramentas que possam ser reorientadas para o fortalecimento da comunidade e a construção de alternativas de autonomia econômica e cultural.

Os dados indicam que a Política de Inclusão Social do UNIESP tem alcançado resultados expressivos, não apenas em termos de acesso, mas sobretudo de reconhecimento e representatividade simbólica. A presença indígena na universidade revela-se um processo de encontro intercultural, no qual a ciência e a espiritualidade se entrelaçam, e onde o saber acadêmico se torna meio de promover justiça cognitiva e social. Contudo, persistem desafios relacionados à orientação vocacional, à comunicação institucional e ao acompanhamento pedagógico, que precisam ser enfrentados para que a inclusão se efetive plenamente. O caso dos Tabajara da Aldeia Vitória demonstra que a educação superior pode ser uma experiência de transformação mútua, na qual os povos indígenas reafir-

mam sua voz, e as universidades, por sua vez, redescobrem sua função humanizadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Política de Inclusão Social do Centro Universitário UNIESP, sob a perspectiva dos indígenas Tabajara da Aldeia Vitória, revela o quanto a formação acadêmica tem sido um instrumento fundamental de valorização cultural, resistência identitária e transformação social. O acesso ao ensino superior, nesse contexto, não se limita a um avanço educacional, mas se configura como um movimento de afirmação e continuidade de um modo próprio de existir e produzir conhecimento.

As entrevistas e observações realizadas junto aos indígenas interessados em ingressar no curso de Bacharelado em Administração mostram que o desejo pela formação universitária ultrapassa o âmbito pessoal. Ela é vista como um meio de fortalecer a gestão comunitária, ampliar as possibilidades de melhoria na saúde e na educação, preservar os saberes tradicionais e defender os direitos coletivos. Mesmo diante de desafios concretos – como transporte, acesso à tecnologia e as demandas do cotidiano na aldeia –, a vontade de estudar e contribuir com a própria comunidade permanece firme e inspiradora.

As análises construídas ao longo deste estudo permitem apontar algumas recomendações. Do ponto de vista institucional, é essencial o fortalecimento das políticas afirmativas e dos programas de permanência, especialmente nas instituições privadas, onde a evasão tende a ser maior. Também é importante que as universidades desenvolvam projetos de extensão e pesquisa em parceria com as aldeias, de forma participativa, respeitando os tempos, as tradições e os modos de vida indígenas.

A experiência do UNIESP mostra resultados concretos dessa política. A Aldeia Vitória já conta com cinco egressos formados na área da saúde, e a abertura do curso de Administração, prevista para 2025, amplia as oportunidades de protagonismo indígena em novas áreas do conhecimento.

Essa trajetória demonstra que a inclusão não deve se limitar ao ingresso, mas precisa garantir condições reais de permanência e reconhecimento dos povos originários como sujeitos ativos na produção do saber.

A vivência dos Tabajara no ensino superior reforça que a identidade indígena se fortalece como expressão de resistência e busca por equidade. A universidade, quando se abre ao diálogo com outras epistemologias, torna-se um espaço fértil de trocas, em que o conhecimento científico e os saberes tradicionais se encontram e se enriquecem mutuamente.

Como desdobramento futuro, considera-se relevante aprofundar as pesquisas sobre a permanência de estudantes indígenas durante a graduação, com a criação de mecanismos de acompanhamento e apoio pedagógico contínuo, que contribuam para reduzir a evasão e fortalecer as trajetórias acadêmicas.

A inclusão dos povos originários no ensino superior é, portanto, um passo decisivo para a construção de uma educação mais justa, plural e comprometida com a diversidade cultural. O caso do povo Tabajara da Aldeia Vitória evidencia que, quando a universidade reconhece e valoriza os saberes indígenas, não apenas transforma vidas, mas também se transforma, tornando-se um espaço de esperança, aprendizado e reciprocidade.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula/LACED, 2019.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **Os saberes indígenas e a escola: é possível e desejável uma escola indígena diferenciada e intercultural?** Belo Horizonte: XV ENDIPE, 2012.

BARCELLOS, Lusival Antonio; FARIAS, Eliane Silva. **Memória Tabajara: manifestações de fé e de identidade étnica**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

FARIAS, Eliane Silva. **Estudo sobre as práticas educativas do povo indígena Tabajara da Paraíba no século XXI**. 2021. 335 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidad Internacional Iberoamericana, Porto Rico, 2021.

FARIAS, Eliane Silva de; BARCELLOS, Lusival Antônio. Jovens indígenas Tabajara: âncoras no processo de reivindicações na busca do bem viver no século XXI. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 13, n. 29, p. 116–130, set./dez. 2017.

FIGUEIREDO, Márcia Medeiros. **A mística da dança do toré: imaginário social do povo indígena Tabajara da Paraíba**. 2020. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. **Povos indígenas e educação: subsídios para políticas públicas**. Brasília: MEC/SEF, 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

TUCAO, Álvaro. **Identidade e educação: um estudo sobre a educação indígena**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.